

ANC

□ 1º caderno □ sexta-feira, 28/8/87

Coluna do Castello

Por que Sarney não foi ouvido

O presidente da República tem todo o direito de optar pelo sistema presidencialista de governo mas parece que o fato de se terem isolado dele as lideranças do PMDB envolve responsabilidades que devem pelo menos ser repartidas. Antes de desenvolver as razões que inspiram a observação acima, talvez seja útil esclarecer que parlamentarismo e presidencialismo não são regimes mas formas de governo. O regime é a república democrática que se tem realizado mediante a frustrada experiência presidencialista já posta à prova por diversas vezes por quase 90 anos de regime.



Em primeiro lugar, o direito de manifestar o presidente sua opinião. Este é incontestável. Mas, se o sr José Sarney não o fez antes, terá sido em face de orientação pessoal de não interferir nas questões do âmbito da Constituinte. Sua aparente distância do partido ao qual se filiou para atender a condição de candidato a vice-presidente na chapa encabeçada por Tancredo Neves e sua falta de intimidade com o PMDB, onde tem muitos amigos, mas todos eles, sem prejuízo da relação pessoal, eram seus adversários até a véspera da reunião do Colégio Eleitoral, são circunstâncias determinantes.

Nesta rede de dificuldades que isolam o presidente do seu partido, um dado importante foi posto pelo chefe do governo ao enfrentar uma decisão tomada por votos pela bancada do PMDB e designar o candidato derrotado, sr Carlos Sant'Anna, líder do governo. O presidente estava rejeitando a opção que o partido fizera e deu motivos para que a liderança eleita mantivesse uma atitude de reserva em relação ao Palácio do Planalto. Só depois de contatos pessoais é que o presidente terá percebido que o sr Luiz Henrique é um cidadão correto e ameno no trato.

Tradicionalmente o veículo pelo qual o presidente da República se comunica com a Câmara é o líder da maioria. O falecido Pedro Aleixo, que liderou na Câmara a bancada que apoiava o governo entre 1933 e 1937, disse-me certa vez que na rotina do seu trabalho naquela época incluía-se uma passagem pelo palácio diariamente para que o presidente Getúlio Vargas tomasse conhecimento da agenda do dia e discutissem juntos as questões em pauta, oferecendo então ao líder a orientação do presidente.

Já o nosso presidente José Sarney recebe os líderes dos dois partidos que o apóiam quando pedem audiência ou quando se encontram circunstancialmente. Seu canal com o partido passou a ser quase que exclusivamente o sr Ulysses Guimarães que, como presidente do partido, manifesta-lhe freqüentes descontentamentos. Em função das reações de represália da bancada é que o sr Ulysses ganhou em certos setores da opinião a fama de ser ou de pretender um condestável do presidente. Na realidade os fatos demonstram que o presidente Sarney decide muito mais em função das suas opiniões pessoais do que das pressões do PMDB, que lhe chegam ao conhecimento por intermédio do sr Ulysses Guimarães.

O líder Carlos Sant'Anna não conseguiu o êxito que o presidente esperaria de sua ação. Não por culpa do líder mas pela origem do seu mandato de líder. Não há notícia de que ele tenha, por sua influência inspirada, desarmado setores do PMDB hostis ou indiferentes ao comando do presidente da República. Na Constituinte, as questões tornam-se mais delicadas pelo aparecimento da liderança do senador Mário Covas, ganha numa disputa partidária na qual o Palácio do Planalto não teve opções claras a manifestar, embora presumidamente fosse, se a tivesse, contrária ao sr Luiz Henrique.

É curioso como um presidente oriundo do Congresso, em cujas câmaras viveu tantos anos, dono de uma experiência que ele próprio proclama, não tenha percebido seu erro na recusa à intimidade com seus antigos companheiros. Uma liderança eleita mediante entendimento lhe seria mais útil do que uma liderança designada, assim como uma convivência com as glórias remanescentes do Congresso, como o senador Afonso Arinos, ou com a juventude que chegou ao palco depois dele o teria poupado de constrangimentos e de muitas reações de hostilidade.

Arinos na luta

O senador Afonso Arinos está convencido de que cessaram ou reduziram-se ao mínimo as reservas dos militares ao sistema parlamentarista. Ele tem tido alguns encontros com generais e supõe ter ajudado a convencê-los da excelência do sistema. A manifestação de impressões divergentes das deles o terá levado a convidar para um almoço quatro ministros militares, aos quais terá transmitido adendos à sua brilhante retórica parlamentarista. O senador confia sobretudo na compreensão do general Leônidas Pires Gonçalves.